



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023

Data e Local: 20 de outubro de 2023, às 09h00min, no auditório Cam do Porto de Imbituba.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os conselheiros ausentes **Denise Fernandes, Rogberto de Farias Pires e Jardel Guimarães** justificaram via e-mail e Whatsapp. *Os demais conselheiros ausentes não justificaram as suas ausências.*

Convidados: **Ramires Fogaça**, Empresa Prime Tech; **Bruno Januzzi**, ANTAQ; **Eduardo Vieira Neves**, Marinha do Brasil; **Reynaldo Malafaia Neto**, NEPOM; **Christiano Lopes de Oliveira**, Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos; **Pedro Waltrick**, Chefe do Departamento Econômico-Financeiro; **Murilo da Silva Medeiros**, Auditoria Interna/Ouvidoria; **Marlei Goldmayer**, Analista de Gestão; **Gilberto Pereira**, Chefe de Divisão de Suporte e Inovação; **Sumahya A. Rahman**, Apoio Secretariado/Gabinete, Empresa Triângulo.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, o **Sr. Julio Cesar de Sousa Dias**, Presidente do CAP, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DA ATA RO 09/2023.

O **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 09/2023, dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeção pelos conselheiros.

3. POSSE DOS CONSELHEIROS:

Tomaram posse na data de hoje, o **Sr. Rosivaldo da Silva Junior** (titular) indicado pelo Poder Público, Portaria nº 286, de 18/07/2023, publicada em 07/08/2023.

4. PLANO DIRETOR.

Com a palavra, o **Sr. Rosivaldo** relatou que vem seguindo o cronograma juntamente com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL (FAEPESUL). No mês passado ocorreu uma audiência pública, o trabalho/versão final será apresentado à câmara de vereadores até final de novembro.

Concluiu explicando que o Plano Diretor está bem encaminhado e terá uma versão atualizada, assim atendendo o crescimento da cidade em todos os quesitos tanto como empresarial, portuária, ambiental e turística.

5. REFORMA DO MOLHE.

Inicialmente, o **Sr. Christiano Lopes** discorreu que a Autoridade Portuária optou por fazer o projeto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), a comissão esteve presente no local e apresentou o projeto. Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o recurso será providenciado pelo Governo Federal. O IMA respondeu ao projeto de licença ambiental solicitando alguns questionamentos da parte portuária, e assim que possível será encaminhado novamente os ajustes necessários e após validado o pedido, receber o recurso.

Esta folha pertence à ata da 10ª reunião ordinária do CAP de 2023 realizada no dia 20 de outubro.

6. BR 101: CONFLITO NOS ACESSOS ÀS VIAS MARGINAIS.

O Sr. **Gilberto Pereira** citou que na reunião anterior o Presidente do CAP, Sr. Julio sugeriu que fosse marcada uma reunião com todos os órgãos e assim, foi feito. No dia da reunião estiveram presentes, o prefeito, alguns vereadores, empresários ligados ao ramo portuário e moradores, juntamente com a ANTT, CCR e Polícia Rodoviária Federal.

Enfatizou a preocupação com as obras, problemas com a logística da operação portuária e com a mobilidade da comunidade, dos moradores ao entorno, ficou evidente que todo projeto foi elaborado sem considerar as características da cidade. Em função do porto, Imbituba circula um número elevado de caminhões de cargas e também é forte no setor turístico, segundo projeto e as obras já acontecendo nesse primeiro trecho, é notório que não contempla e pode ser um grande problema no futuro, já que serão realizadas na sequência em todo entorno da BR-101 e temos o Distrito Industrial, a área da ZPE e como ficará a mobilidade, já que as obras realizadas nessa primeira etapa mostram claramente que não foi projetada para passar caminhões de cargas.

Ainda, citou que foram atendidos alguns pleitos, como melhoria em um acesso para permitir entrada e saída dos moradores e caminhões no bairro Arroio do Rosa, faixa de mão dupla do trecho de Araçatuba ao Alto Arroio. Contudo, algumas questões são de difícil discussão, uma vez que a CCR é irredutível e isso não somente em Imbituba. Dessa forma, o sr. Gilberto propôs como solução, que antes de ser encaminhado à ANTT, seja dado conhecimento aos entes regionais: porto, Prefeitura e Câmara de Vereadores, porque depois da autorização da ANTT é impossível qualquer mudança.

Nesse primeiro trecho, irão fechar vários acessos, chamadas agulhas de entrada e saída entre a via marginal e a rodovia federal. Como essa área existem muitas empresas ligadas ao ramo de transporte de carga, inclusive centro de triagem de caminhões, força-se os veículos pesados a trafegarem na marginal, criando conflito com o trânsito local, o que, durante o verão, o problema irá se intensificar, com a chegada de turistas, triplicando o número de pessoas e consequentemente de veículos. Isso tudo incorrerá em enormes filas de carros num trecho de 7 km cada lado da rodovia federal, o que impactará diretamente no custo da operação portuária.

Durante a reunião com a ANTT, CCR e Polícia Rodoviária Federal, as empresas Refisa e Serra Morena fizeram suas explanações na reunião explicando e apontando projetos alternativos, porém não se obteve retorno da análise dessas suas sugestões.

Mediante o tema, o Sr. **Alexandre Salum** comunicou que as concessionárias detêm um poder muito grande, e que geralmente atendem a pleitos somente mediante determinação judicial ou do Ministério Público.

Diante do conflito e após discussões, o sr. Salum sugeriu e foi acolhido por todos do conselho como encaminhamento, que a Autoridade Portuária fizesse uma Notícia de Fato com todos os problemas relatados acima, inclusive com a questão/projeto da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), e encaminhará ao Procurador Geral que irá despachar a uma Promotoria Específica.

Por sua vez, o Sr. **Christiano Lopes** informou que foi aberto inquérito civil instaurado

pela Procuradoria da República do Estado de Santa Catarina, mas que não impede de realizar pelo âmbito Estadual. Nesse inquérito foi articulado que obtivessem informações junto a Secretaria dos Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), as quais já foram recepcionadas pela Secretaria.

Destacou ainda, que além de uma notícia de fato, seja realizada uma notícia crime tomando conhecimento do inquérito civil na esfera Federal, mas que seja noticiada na esfera Estadual.

7. REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS PERTENCENTES A UNIÃO DA SCPAR PORTO DE IMBITUBA.

Adiante, o **Sr. Christiano Lopes** lembrou da última reunião na qual o Sr. Vitor Paixão (representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários), apresentou o passo a passo referente a regularização dos imóveis, a documentação foi enviada no dia 02 de outubro de 2023 à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), com todos os documentos e matrículas.

Os protocolos foram realizados e os processos estão em andamento para solucionar a regularização.

8 - DECISÕES ANTAQ SOBRE IMBITUBA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IEP.

No momento seguinte, o **Sr. Christiano Lopes** relatou que o tema gera bastante curiosidade nos moradores na questão IEP, quanto a compra de ranchos na área. Ressaltou que o projeto e seus impactos também são preocupações para a Autoridade Portuária. mencionou que no dia 19 de abril de 2022 houve uma decisão/acórdão do Diretor Geral da ANTAQ, o sr. Eduardo Nery Machado Filho, onde foi aplicada uma multa no valor de R\$ 30,000,00 e recomendou ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA), na qualidade de poder concedente que avaliasse a possibilidade e conveniência da cassação de outorga da empresa Imbituba Empreendimentos & Participações (IEP), essa foi a última a decisão.

A empresa entrou com um pedido de reconsideração na ANTAQ, onde o voto da relatora, sra. Flavia Morais Lopes Takafashi negou provimento.

9 - CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA RECEITA FEDERAL.

No que se refere ao tema acima, o **Sr. Christiano Lopes** mencionou o esforço do porto e da comissão em cumprir as exigências solicitadas pela Receita Federal. Todos os processos estão em licitação, editais publicados, aquisições, contratações e mão de obra, visando cumprir as exigências.

Quanto ao transporte coletivo, foi feito o cronograma e definido cada etapa. O Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO) irá custear o transporte até janeiro de 2024. O Termo de referência (TR) está em elaboração e com uma análise no que tange aos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAS) e a quantidade de pessoas circulam diariamente, bem como a necessidade logística e de infraestrutura de para atendimento social e segurança, tais como ônibus, pontos de ônibus, câmeras, caminho seguro, casa de convivência, entre outros.

Ainda, para dar celeridade aos trabalhos, foi autorizado pelo Governo Estadual a contratação via Processo Seletivo Simplificado (PSS), de 13 funcionários. Desse total de

Esta folha pertence à ata da 10ª reunião ordinária do CAP de 2023 realizada no dia 20 de outubro.

colaboradores 4 são engenheiros.

10 - ACESSO AO PORTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS.

O **Sr. Christiano Lopes** explicou ao Sr. Fernando, que conforme resolução N° 056/2020 - Norma de controle de acesso e circulação de pessoas e veículos no Porto Organizado de Imbituba, art. 81, ficou autorizada a entrada dos dirigentes sindicais e esclareceu que a necessidade de envio do e-mail não é para fins de provar a entrada, mas sim, de controle no recinto.

11 - ACORDO CDI.

No momento seguinte, o **Sr. Christiano Lopes** informou que a SCPAR Porto de Imbituba, abriu processo no qual foi elaborado um relatório referente às vantagens para o porto, o Estado, a viabilidade do acordo e a permissão da justiça. O processo é organizado via Holding, onde será feita uma consulta formal à SNPTA, Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e ANTAQ, tudo consubstanciado com todos pareceres, sentenças e processos.

O relatório será encaminhado na próxima semana à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), e a Autoridade Portuária também pretende ir pessoalmente conversar com o técnico e monitorar o processo para avançar no acordo. O entendimento entre o Sindicato, Governo do Estado e Secretaria e Porto de Imbituba está consolidado. O que de fato se precisa é a homologação dos órgãos intervenientes.

12 - PLANO MESTRE.

A **Sra. Marlei** rememorou que a Autoridade Portuária havia encaminhado a Infra S.A., no final de julho, às contribuições referentes à versão preliminar do Plano Mestre. Em agosto, foram enviadas informações complementares. A Infra S.A. analisou as manifestações e gerou a versão final do documento, a qual foi apreciada apenas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). A expectativa é que, nos próximos dias, o Plano Mestre seja disponibilizado para consulta pública no site da Infra S.A.. Assim que isso acontecer, será encaminhada orientação de como os Conselheiros do CAP podem realizar suas contribuições. Além disso, a partir da divulgação das informações via canais de comunicação do Porto, toda a comunidade será convidada a se manifestar.

13 - APRESENTAÇÃO CASE.

A Sra. Marlei contextualizou que de forma similar ao trabalho apresentado no 1º semestre sobre o PEIN, ela juntamente com o colega Murilo escreveram o Estudo de Caso intitulado "*Participar, Cooperar e Viabilizar: o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Imbituba (CAP-PI) como modelo de Gestão Colaborativa*", que foi submetido para o X Congresso Internacional de Desempenho Portuário que acontecerá na última semana de novembro em Florianópolis, SC. Após tratar dos objetivos, a analista de gestão, expôs informações sobre a atuação dos CAPs dos Portos Organizados, tanto dos administrados pela União, quanto dos delegados, as quais foram coletadas nos sites.

O **Sr. Julio** comentou a intenção da SNPTA em dispor em seu site, de forma organizada e centralizada, os dados dos CAPs de todos os portos.

Esta folha pertence à ata da 10ª reunião ordinária do CAP de 2023 realizada no dia 20 de outubro.

Adiante, o **Sr. Murilo** elencou oito pontos que evidenciam o CAP do Porto de Imbituba como órgão que contribui para os resultados da empresa a partir de uma gestão participativa, plural e multifacetada, a saber: (1) Consistência temporária; (2) Fórum colaborativo; (3) Estratégia de pautas; (4) Genuíno Fórum Consultivo; (5) Monitoramento contínuo e efetivo; (6) Secretariado enquanto base; (7) Comprometimento dos membros; (8) Alinhamento ao planejamento.

Por fim, o grupo discutiu alguns pontos do trabalho e parabenizaram os colaboradores pela organização das informações apresentadas.

14 - COMISSÃO PARA ESTUDOS DE SOLUÇÕES DE LOGÍSTICA, TI, CONTROLE DE ACESSOS, OPERAÇÕES, SEGURANÇAS E SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES.

O Presidente da Comissão, o **Sr. Pedro** apresentou os demais representantes que são: Sra. Cassia Reis - Gerente de operações; Sandro Cassol Bainha - Gerente da Guarda Portuária; Thiago Polachini - Gerente de Tecnologia e Informação. Os trabalhos da comissão foram divididos em três caminhos:

- 1) atendimento às solicitações da Receita Federal;
- 2) soluções tecnológicas;
- 3) projeto logístico.

A ideia é contratar uma empresa para o porto que unifique todas essas informações dos departamentos transformando num sistema único, desde agendamento, controles nos gates, controle aduaneiro, controle de cargas, controles financeiros, etc. Nesse contexto, já se tem duas empresas que podem fazer esse controle e entrar em contato com o porto para análises.

No que tange às obras do Cais 3 e dolphin, o objetivo é de obter maior volume de movimentação e com isso maior fluxo interno na área portuária.

Diante disso, após realizar visitas a outros portos, o **Sr. Pedro** relata que observou cada um deles com o intuito de trazer novos conceitos/ideias para o projeto no Porto de Imbituba. Na parte de logística do porto, atualmente se tem problemas com as portarias, filas no município e as paradas dos caminhões, diferente dos outros portos.

Finalizou explicando que criou o projeto dividido em dois momentos para melhorar a logística, identificando os requisitos impeditivos e limitativos. O projeto futuro também consiste na mudança da área alfandegada.

15. ENCERRAMENTO:

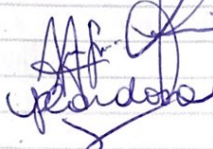
Não havendo mais manifestações, o Presidente Julio Cesar de Sousa Dias informou que será realizada a próxima reunião ordinária do mês de novembro, provavelmente no dia 10/11/2023, a ser confirmado.

A secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

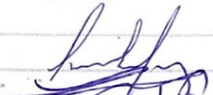
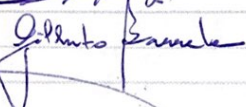
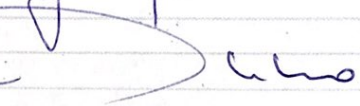


CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Julio Cesar de Sousa Dias	Titular	
Cristiane Yamamoto Dutra	Titular	
Rosivaldo Junior	Titular	
Alexandre Amim Salum	Titular	
Juliana Pizzetti Cardoso	Titular	
Enéas Costa Cruz	Titular	

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Jair Dias Santana	Suplente	
Luis Alberto dos Santos Junior	Titular	
Gilberto Barreto	Titular	
Juliano Franco	Suplente	
Rafael Luiz Pereira	Titular	
Antonio Carlos Bandeira Guimarães Filho	Suplente	

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Elivelton Luiz Doré	Titular	
Fernando de Farias	Titular	

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Sumahya A. Rahman	Secretária ad hoc	
-------------------	-------------------	--

